

EMAC – EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DE CASCAIS, E.M., S.A.

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CPUB016DTEDGA2023

AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA DE RECOLHA DE RESÍDUOS 100% ELÉTRICA

Artigos 16º nº 1 al. c), nº 2 al. d), artigo 20º al. a), em conjugação com os Artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP)

NOVEMBRO DE 2023

CAPÍTULO I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1.^a - ÂMBITO DE APLICAÇÃO

- 1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual para **aquisição de uma viatura de recolha de resíduos 100% elétrica**, de acordo com as disposições constantes na secção II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.
- 2 - Ao objeto do contrato corresponde o **código CPV 34144900-7** - Veículos elétricos, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007.

CLÁUSULA 2.^a - PREÇO BASE

- 1 - O preço máximo global que a CASCAIS AMBIENTE se dispõe a pagar para a aquisição dos bens, objeto do presente procedimento, é de **€420.000,00** (quatrocentos e vinte mil euros).
- 2 - O preço previsto no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CASCAIS AMBIENTE no presente Caderno de Encargos, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3 – Aos preços mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor.

CLÁUSULA 3.^a - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 – O pagamento dos bens a fornecer será efetuado por Entidade Locadora, em razão do **contrato de locação financeira mobiliária** que a CASCAIS AMBIENTE irá celebrar com aquela para aquisição do bem, objeto do presente procedimento.
- 2 – Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá enviar a respetiva fatura para o Locador Adjudicatário que a CASCAIS AMBIENTE oportunamente vier a indicar.
- 3 – O pagamento do respetivo fornecimento será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo do disposto no n.º 5.

4 – Caso ocorram atrasos derivados do procedimento adjudicatório a lançar e mencionado no n.º 1, desde que não imputáveis à CASCAIS AMBIENTE, esta não poderá ser responsabilizada pelo não cumprimento do prazo de pagamento mencionado no número anterior.

5 – Serão deduzidas, no pagamento dos fornecimentos, as importâncias correspondentes às penalidades que tenham sido aplicadas ao Adjudicatário.

6 - Os contratos de valor igual ou superior a €750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) apenas poderão produzir efeitos financeiros, após a data da notificação da concessão de Visto Prévio do Tribunal de Contas e do pagamento dos emolumentos devidos e a cargo do adjudicatário.

7 - Os contratos de valor igual ou superior a €950.000,00 (novecentos e cinquenta mil euros), ou os contratos relacionados entre si de valor igual ou superior ao indicado, apenas terão início na sua execução, após a data da notificação da concessão de Visto Prévio do Tribunal de Contas e do pagamento dos emolumentos devidos e a cargo do adjudicatário.

CLÁUSULA 4.ª – REVISÃO DE PREÇOS DO CONTRATO

1 - A revisão de preços fica sujeita ao regime legal aplicável ao tipo de contrato em apreço.

2 – Os concorrentes poderão apresentar fórmulas de revisão de preços, sujeitas à apreciação do órgão competente para a decisão de contratar.

CLÁUSULA 5.ª - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS BENS E DA EFICÁCIA DO CONTRATO

1 - A entrega do bem, objeto do presente procedimento, ocorrerá na sede da Cascais Ambiente.

2 – O veículo deverá ser entregue após a conclusão do procedimento de contratação pública de locação financeira mobiliária.

CLÁUSULA 6.ª - CONTRATO

1 – O contrato a celebrar é composto pelo respetivo clausulado reduzido a escrito, em suporte informático e integra, ainda, os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela CASCAIS AMBIENTE;

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, de acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 96.º do CCP.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101.º do CCP.

CLÁUSULA 7.ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1 – O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da CASCAIS AMBIENTE.

2 – Para efeitos da autorização prevista no número anterior deve:

- a) Ser apresentada à CASCAIS AMBIENTE pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
- b) A CASCAIS AMBIENTE apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 4 do ANEXO I ao Código dos Contratos Públicos, “*ex vi*” n.º 1, alínea a) do Artigo 57.º deste Código.

CLÁUSULA 8.ª - SIGILO

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da CASCAIS AMBIENTE.

CLÁUSULA 9.ª - PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 10.^a – TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1 - Cada Parte deve cumprir com as disposições aplicáveis do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 de 27 de abril de 2016, doravante definido como RGPD, ou outras leis aplicáveis em matéria de proteção de dados.

2 - Todos e quaisquer dados pessoais, tal como definidos no RGPD, recebidos da **CASCAIS AMBIENTE** pelo Adjudicatário no âmbito dos serviços previstos neste Contrato, serão considerados como dados pessoais dos quais o respetivo responsável pelo tratamento, tal como definido no RGPD, será a **CASCAIS AMBIENTE**, atuando o Adjudicatário como subcontratante, tal como definido pelo RGPD.

3 - O Adjudicatário declara que avaliou os riscos inerentes ao tratamento de dados pessoais ora previstos e que consegue assegurar de forma adequada, tendo em conta o risco envolvido, a implementação e execução de medidas técnicas e organizativas que satisfaçam os requisitos do RGPD e a defesa dos direitos do titular dos dados.

4 - Salvo se expressamente previsto neste Contrato, ou mediante autorização escrita da **CASCAIS AMBIENTE**, o Adjudicatário não pode recorrer aos serviços de quaisquer terceiros (doravante o “subcontratante”) para proceder ao tratamento, total ou parcial, de dados pessoais de que a **CASCAIS AMBIENTE** seja a responsável pelo tratamento e a que tenha acesso no âmbito da prestação dos serviços ora previstos. Caso pretenda recorrer a um subcontratante, o Adjudicatário terá que obter uma autorização prévia, por escrito, da **CASCAIS AMBIENTE**. Este pedido de autorização deve incluir detalhes sobre a respetiva identificação, a localização do subcontratante, a duração, natureza e âmbito do tratamento a ser realizado por este, bem como as categorias de dados pessoais a serem tratados, para além de demonstração inequívoca de que o contrato a ser celebrado entre o Adjudicatário e o subcontratante, tendo em conta a natureza dos serviços a prestar pelo subcontratante, estabelece as mesmas obrigações de tratamento e proteção de dados pessoais estabelecidas neste Contrato e que o subcontratante demonstra e evidencia garantias suficientes para implementar e executar medidas técnicas e organizacionais adequadas, de tal forma que o tratamento de dados pessoais pelo Subcontratante atinja os requisitos deste Contrato e a adequada conformidade com GDPR. Quando o Subcontratante não cumprir suas obrigações no âmbito deste Contrato e da legislação nacional aplicável em matéria de proteção de dados, o Adjudicatário permanecerá integralmente obrigado perante a **CASCAIS AMBIENTE** pelo desempenho de tais obrigações não executadas ou executadas defeituosamente.

5 - O Adjudicatário atuará estritamente de acordo com as instruções escritas da **CASCAIS AMBIENTE**, salvo se o tratamento seja exigido pelas leis aplicáveis às quais o Adjudicatário, ou o subcontratante, esteja sujeito para além das leis de Portugal e da União Europeia. Caso o Adjudicatário, ou o subcontratante, esteja sujeito a estas outras leis, deve, na medida em que permitido pelas leis aplicáveis, informar a **CASCAIS AMBIENTE** de tal facto antes do tratamento dos dados pessoais ter início.

6 - O Adjudicatário, e se aplicável o subcontratante, deve tomar as medidas razoáveis necessárias para assegurar a confidencialidade por parte de qualquer um dos seus trabalhadores, prestadores de serviços ou agentes. Para o efeito, para além de obter compromisso de confidencialidade escrito de cada um dos seus trabalhadores, prestadores de serviços ou agentes (exceto se os mesmos já se encontrarem sujeitos a obrigação de confidencialidade e sigilo profissional nos termos da lei) que possa ter acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do presente Contrato, assegurando, ainda, que o acesso dos mesmos aos dados pessoais seja limitado aos que necessitam de efetivamente tratar os dados pessoais para cumprimento das obrigações contratuais do Adjudicatário ora previstas.

7 - Tendo em conta o estado da arte, os custos de implementação e a natureza, o escopo, o contexto e os fins do tratamento, bem como o risco e a gravidade quanto aos direitos e liberdades dos titulares de dados e de pessoas singulares, o Adjudicatário deve, em relação aos dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir um nível de segurança apropriado para esse risco, incluindo, conforme apropriado, as medidas referidas no Artigo 32.1 da RGPD. Ao avaliar o nível adequado de segurança, o Adjudicatário deve ter em conta, em particular, os riscos inerentes ao tratamento na eventualidade de ocorrer uma violação de dados pessoais, tal como definida no RGPD.

8 - Tendo em conta a natureza do tratamento, o Adjudicatário deve implementar, na medida do possível, as medidas técnicas e organizacionais adequadas que permitam auxiliar a **CASCAIS AMBIENTE** no cumprimento das suas obrigações nos termos do RGPD, nomeadamente na resposta a pedidos de exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados nos termos do RGPD ou de outras leis de proteção de dados aplicáveis.

9 - O Adjudicatário de dados deve:

- a. Notificar prontamente a **CASCAIS AMBIENTE** caso ele, ou qualquer dos seus subcontratantes autorizados, receber uma solicitação de um titular dos dados

para exercício dos seus direitos, tal como previsto no RGPD ou em qualquer legislação de proteção de dados aplicável; e

- b. Assegurar-se que o subcontratante não responde a essa solicitação, exceto no caso de existirem instruções documentadas da **CASCAIS AMBIENTE** nesse sentido ou se exigido por quaisquer leis aplicáveis às quais o Subcontratante esteja sujeito, caso em que o Adjudicatário deve informar a **CASCAIS AMBIENTE** dessa obrigação legal no momento em que solicita a autorização para contratar o Subcontratante ou, caso a obrigação legal a que o Subcontratante esteja sujeito seja superveniente, assim que tiver conhecimento da mesma.

10 - O Adjudicatário notificará a **CASCAIS AMBIENTE** no menor prazo de tempo possível após ter tido conhecimento que ocorreu uma violação de dados pessoais, tal como definida no RGPD, quer por si quer através dos seus subcontratantes, fornecendo à **CASCAIS AMBIENTE** toda a informação relevante por forma a permitir que esta possa cumprir as suas obrigações previstas no RGPD ou em outras leis de proteção de dados que lhe sejam aplicáveis. Mais concretamente, tal notificação do Adjudicatário à **CASCAIS AMBIENTE** incluirá informação detalhada: quanto à natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa; o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados do Adjudicatário ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações; descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais; descrever as medidas adotadas ou propostas pelo Adjudicatário para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos (caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as medidas ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada). O Adjudicatário obriga-se a documentar documenta quaisquer violações de dados pessoais, incluindo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada. Essa documentação deve permitir à **CASCAIS AMBIENTE** verificar o cumprimento do disposto na presente cláusula. Adicionalmente, na eventualidade de ocorrer uma violação de dados pessoais, o Adjudicatário obriga-se a cooperar com a **CASCAIS AMBIENTE** e a implementar, sem custos para a **CASCAIS AMBIENTE**, todas as medidas solicitadas por esta de modo a permitir a investigação, mitigação e resolução de cada violação de dados.

- a. A notificação da ocorrência da violação de dados pessoais será enviada por escrito para o(s) seguinte(s) endereço(s) de correio eletrónico: rgpd@cascaisambiente.pt) e confirmada por carta registada por correio azul com aviso de receção, com a indicação “CONFIDENCIAL” no sobrescrito, e dirigida a CASCAIS AMBIENTE, Complexo Multisserviços, Estrada de Manique, nº 1830, Alcoitão, 2645-138.

11 - O Adjudicatário, e se aplicável qualquer dos seus subcontratantes, deve fornecer assistência razoável à **CASCAIS AMBIENTE** no âmbito de qualquer avaliação de impacto sobre a proteção de dados, tal como definida no RGPD, ou consultas prévias com a autoridade de controlo, tal como definida no RGPD, ou outras autoridades competentes de privacidade de dados, que a **CASCAIS AMBIENTE** considere razoavelmente necessária nos termos dos Artigos 35.º e 36.º do RGPD ou disposições equivalentes de qualquer outra lei de proteção de dados, tendo em conta a natureza do tratamento e as informações disponíveis ao Adjudicatário ou Subcontratante.

12 – Com a outorga do contrato, o Fornecedor, e se aplicável o Subcontratante, expressamente autorizam a transmissão e publicação dos seus dados pessoais ao Portal Gov, Diário da República, bem como a outras entidades oficiais intervenientes no âmbito da contratação pública.

13 - O Adjudicatário, e se aplicável o Subcontratante, devem disponibilizar à **CASCAIS AMBIENTE**, mediante solicitação escrita desta, todas as informações necessárias para demonstrar a conformidade da sua atuação com este Contrato e o GDPR, bem como colaborar e cooperar na realização de quaisquer auditorias ou inspeções que sejam realizadas pela **CASCAIS AMBIENTE**, por si ou por terceiros, com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações previstas neste Contrato ou de quaisquer outras obrigações a que se encontrem obrigados nos termos de legislação de proteção de dados que lhes seja aplicável.

14 - Os resultados da auditoria ou inspeção, caso evidenciem falhas graves quanto ao modo como o tratamento dos dados está a decorrer ou em caso de observância de sistemático incumprimento das instruções escritas da **CASCAIS AMBIENTE**, constituem a **CASCAIS AMBIENTE** no direito de resolver o presente Contrato, sem prejuízo do direito de ser ressarcida por todos os seus prejuízos, nos termos gerais de direito.

CLÁUSULA 11.ª - PENALIDADES

1 – O não cumprimento, por parte do Adjudicatário, do prazo de entrega previsto no n.º 2 da Cláusula 5.ª *supra*, confere à **CASCAIS AMBIENTE**, o direito de adquirir no mercado bens idênticos para satisfação de necessidades urgentes e de debitar ao Adjudicatário a diferença de

preço para mais que se venha a verificar, para além do pagamento das respetivas multas, por cada dia de atraso verificado, nos termos da fórmula seguinte:

$$P = v \times \frac{A}{365}$$

Em que:

P = Valor da penalidade total

V = Valor global do contato;

A = N.º de dias seguidos de atraso no fornecimento/incumprimento.

2 – As penalidades serão notificadas ao Adjudicatário por escrito, via correio eletrónico ou carta registada, com indicação do incumprimento contratual ou cumprimento defeituoso e do montante da penalidade.

CLÁUSULA 12.^a - INCUMPRIMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a CASCAIS AMBIENTE poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por facto imputável ao Adjudicatário das respetivas prestações contratuais, nos termos do disposto nos Artigos 325.º e 333.º do CCP.

2 – No caso previsto no número anterior, a CASCAIS AMBIENTE poderá exigir ao Adjudicatário uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual, sem prejuízo de responsabilidade civil nos termos gerais do direito.

3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do artigo anterior.

4 – A aplicação das sanções previstas no presente artigo será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pela CASCAIS AMBIENTE não preclude o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do Adjudicatário, nos termos gerais do direito.

6 – A CASCAIS AMBIENTE, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.

7 – A resolução será feita mediante aviso prévio, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA 13.^a - CAUSAS DE FORÇA MAIOR

1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, guerra ou subversão, epidemias, ciclones, tremores de terra, fogo, inundações, entre outros, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2 – A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

CLÁUSULA 14.^a - DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

1- Correm integralmente por conta do Adjudicatário, os encargos ou a responsabilidade civil decorrentes da incorporação em qualquer dos serviços objeto do contrato, ou da utilização nesses mesmos serviços, de materiais, de hardware, de software ou de outros que respeitem a quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.

2- Se o Contraente Público vier a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato ou na posterior utilização dos serviços objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra o Adjudicatário por quaisquer quantias pagas, seja a que título for.

3- São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

4- Os encargos e a responsabilidade civil perante terceiros decorrentes dos factos mencionados nos n.ºs 1 e 2 não correm por conta do Adjudicatários e este demonstrar que os mesmos são imputáveis ao Contraente Público ou a terceiros que não sejam seus subcontratados.

CLÁUSULA 15^a – PRATICAS ANTICORRUPÇÃO E ANTISUBORNO

1 – As PARTES pautam a sua atuação pelo estrito cumprimento das leis e práticas anticorrupção e anti suborno.

2- Na fase pré-contratual e posteriormente, na fase da execução do contrato, nenhuma das partes, por si ou através de seus técnicos ou agentes, poderá oferecer, dar, ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, como através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem

financeira ou não financeira, ou benefícios de qualquer espécie, que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada com este contrato.

CLÁUSULA 16.^a - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1 – Quaisquer comunicações ou notificações entre a CASCAIS AMBIENTE e o adjudicatário relativos ao contrato, seguem o regime previsto no artigo 469.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- As comunicações e as notificações dirigidas à CASCAIS AMBIENTE, efetuadas através de qualquer meio admissível, têm de ser efetuadas até às 17h00 do dia a que digam respeito, sob pena de se considerarem efetuadas às 10h00 do dia útil imediatamente seguinte.

CLÁUSULA 17.^a - CONTAGEM DOS PRAZOS

À contagem de prazos na fase de execução do contrato, e salvo disposição expressa em contrário, são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

CLÁUSULA 18.^a - DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – Os pagamentos serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2– O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

CLÁUSULA 19.^a - FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 20.^a - CARATERÍSTICAS TÉCNICAS DOS BENS A FORNECER

O presente concurso público tem por objeto a aquisição **de uma viatura de recolha de resíduos 100% elétrica**, com as seguintes características técnicas:

Viatura Elétrica 26Ton para Recolha de RSU

- Prazo Entrega: 60 dias;
- Tipologia: Pesado Especial de Limpeza Urbana;
- Peso Bruto (Kg): 27.000;
 - Peso Bruto Técnico (Kg) \geq 27.000;
- Com “Entrega” da Viatura o adjudicatário deverá apresentar os seguintes documentos:
 - Documento Único Automóvel (DUA) já com Homologação da Superestrutura;
 - Documento “Ficha de Caraterização” devidamente preenchido;
 - Certificados de qualidade CE Tipo, relativos à viatura e componentes:
 - Chassi – Certificado de Homologação;
 - Superestrutura;
 - Desenho Cotado do Conjunto adjudicado;
 - Diagramas de Cargas do Conjunto a fornecer;
 - Estudo técnico da capacidade energética da viatura efetuar os circuitos mencionados em anexo.
- **Chassi**
 - Eixos
 - N.º Eixos: 3;
 - Eixo de Tração: 2.º, com peso técnico mínimo de 11,5T;
 - Eixos Direcionais: 1.º e 3.º;
 - 1º eixo com carga técnica mínima de 8T
 - 3º eixo com carga técnica mínima de 7,5T
 - Sistema:

- Suspensão Pneumática no eixo dianteiro
- Suspensão pneumática no bogie traseiro, com carga técnica mínima de 19T
- Eixo morto com direção electro-hidráulica.
- Dist. Máx. entre 1.º e 2.º Eixo (mm): 3.900.
- Motor
 - Tipo: Motor Elétrico;
 - Nível de emissões: ZERO
 - 2 motores elétricos
 - Cada motor com binário de 425 Nm,
 - Tração elétrica total de 850 Nm.
 - Potência contínua mínima de 225 kW.
 - Energia total do Sistema de Armazenamento de Energia
 - 265 kWh
 - Cabo carregamento AC Modo 2
 - Sistema de regeneração, em desaceleração e em travagem
 - Imobilizador de motor
- Transmissão
 - Transmissão de 2 velocidades
 - Desmultiplicações:
 - Motor 1
 - 1ª velocidade - 9.26:1
 - 2ª velocidade - 3.52:1
 - Motor 2
 - Velocidade fixa - 3.67:1
 - Tomada de força (PTO) elétrica, com binário nominal superior ou igual a 270 Nm:
 - Binário máximo a baixa velocidade superior a 520 Nm
 - Potência máxima superior a 95 kW
 - Diferencial de redução simples, com relação de transmissão adequada a serviços de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.
- Cabine

- Tipo: Simples;
- Cor: Branca;
- Basculamento: Hidráulico;
- Suspensão: Mecânica;
- N.º Pontos Suspensão: 4;
- Lotação: 3;
- Banco do condutor com suspensão pneumática;
- Bancos forrados a Napa cinza escura ou preta;
- "Cruise control";
- Computador de bordo com idioma em Português;
- Instrumentação completa com avisadores de avarias, óticos e sonoros;
- Espelhos retrovisores com aquecimento elétrico;
- Para-brisas aquecido. O aquecimento deverá ser acionado através de um interruptor no painel da porta (o mesmo interruptor do aquecimento do espelho retrovisor).
- Vidros das portas do lado direito e esquerdo com elevador elétrico;
- Vidros laterais traseiros auxiliares e sem vidros auxiliares nas portas
- Fecho centralizado das portas com comando remoto
- Tacógrafo digital;
- Tomada elétrica de 12 e 24 V no tablier;
- Pala de sol interior de ajuste manual;
- Pala de sol exterior;
- Revestimento interior das portas lavável;
- Tapetes amovíveis, de borracha, no lugar do condutor e acompanhante;
- Rádio com bluetooth;
- Ar Condicionado.
- Iluminação do degrau de acesso à cabine
- Teto de abrir metálico manual

- Ajuste da altura dos faróis
- Suspensão
 - Dianteira: Pneumática;
 - Traseira: Pneumática;
 - Controlo de altura da suspensão, através de comando electropneumático da suspensão.
- Travões
 - Travões de disco em todos os eixos;
 - Indicadores/avisadores de desgaste de pastilhas.
- Sistemas de Segurança Auxiliares
 - EBS (Sistema Eletrónico de Travagem);
 - ABS (Sistema de Travagem anti bloqueio);
 - ESP (Programa Eletrónico de Estabilidade);
 - Aviso sonoro marcha-atrás.
- Diversos
 - Ficha FMS com sinal aberto, para integração com Plataforma de Gestão de Resíduos, que deverá disponibilizar, no mínimo, a seguinte informação:
 - Km reais;
 - Consumos;
 - Informação de desgaste pastilhas e outros componentes de desgaste;
 - Informação de Manutenção;
 - 2 Baterias de 170 Ah
 - Jantes em alumínio Dura-Bright
 - Mangueira de alimentação de ar – pneus
 - 2 Triângulos;
 - Colete refletor homologado;
 - Extintor de 2 kg;
 - Estojo de 1.º Socorros
 - Caixa para arrumos amovível atrás do banco passageiro
- **Superestrutura**

- Capacidade Vol. Mín (m3): 19;
- Capacidade Vol. Máx (m3): 21;
- Índice Mín. de Compactação Máx.: 5:1;
- Tipo: Compactação por Placas;
- Caixa de Recolha de Resíduos
 - Material da Caixa: Aço 4mm;
 - Material Viseira: Aço do tipo Hardox 400, sendo que o fundo da cuba apresenta espessura de 8mm e o restante da estrutura possui uma espessura 6mm nas laterais e de 4mm no bordo da carga;
 - Material Placa Ejetora: Hardox 400 com 4mm;
 - Caixa de recolha de resíduos sólidos, 100% estanque, com compactação através de placa de transporte com movimento retilíneo (guiado por calhas) articulada com pá compactador giratória na extremidade e vazamento por placa ejetora, certificada segundo a norma EN1501-1: 1998/A1:2004;
 - Superfícies exteriores absolutamente lisas, sem nervuras e ou soldaduras, permitindo uma fácil lavagem, evitando pontos de corrosão ou acumulação de águas;
 - Depósito de lixiviados no fundo da caixa, de modo a evitar o derrame de lixiviados na via pública, dispondo de uma saída, com respetiva mangueira, para drenagem dos mesmos para um coletor;
 - O fundo da caixa em quilha permitindo o encaminhamento do fluxo dos lixiviados para o depósito atrás mencionado.
 - Carga e Descarga
 - A carga e descarga dos resíduos efetua-se pela parte traseira da viatura, sem necessidade de basculamento da caixa;
 - Os fechos hidráulicos de segurança da comporta de descarga são de funcionamento automático;
 - As calhas da placa de transporte do sistema de

compactação, consistem nas soluções técnicas mais evoluídas, incluindo elementos de fácil substituição, que facilitam os trabalhos de manutenção;

- No fim da descarga dos Resíduos, a placa ejetora sai da caixa de carga cerca de 15 cm, de forma a garantir o total vazamento, facilitando ainda, posteriormente a lavagem da caixa;
 - Porta de visita lateral, para permitir o acesso à caixa para as variadas operações de limpeza, inspeção e manutenção possuindo fechos de segurança com paragem do sistema de compactação, de forma automática, em caso de abertura da mesma.
- Cuba Traseira
 - Os cilindros de elevação da cuba traseira, para executar a descarga do equipamento, localizam-se na parte superior do equipamento garantindo que no momento de descarga não há o mínimo contacto destes com os resíduos;
 - Os cilindros de acionamento da placa compactadora localizam-se no exterior lateral do equipamento, de forma a evitar danos por contacto e/ou agressão dos resíduos;
 - Janela lateral, de inspeção para o interior da cuba;
 - São utilizados aços da maior robustez (Hardox 400) de modo a permitir uma maior longevidade ao equipamento e combater eficazmente os efeitos de corrosão e desgaste comuns nestes equipamentos.
 - Estribos traseiros:
 - Os estribos traseiros deverão ser antiderrapantes, rebatíveis, com segurança por mola e obedecer à norma NP – EN 1501-1;
 - Deverão ser montadas pegas, a uma altura e

posicionamento que evite o impacto coma cabeça, por razões de segurança conforme norma NP – EN 1501-1.

- Elementos de controlo na superestrutura:
 - As botoneiras encontram-se integradas na lateral da caixa, são de indicação ativa segundo a norma EN 62204 e cumprem um grau de proteção de IP 67.
- Sistema CanBus
 - A superestrutura deverá apresentar um sistema de deteção de avarias do tipo CanBus, ou equivalente, que mostre os pontos críticos e seus procedimentos a adotar no caso de avarias;
 - Protocolo de comunicação deverá respeitar a norma CEN/TR 16815:2015 (CleANopen. Application Profile for Municipal Vehicles).
- Lubrificação Centralizada e Depósito de Óleo:
 - A caixa de recolha possui um sistema independente de lubrificação centralizada;
 - O depósito do óleo hidráulico encontra-se embutido na superestrutura, não sobressaindo da sua parte frontal. O enchimento do depósito de óleo é efetuado por tomada com união rápida localizada a 1,60m de altura ao solo sendo desnecessário subir para a o tejadilho ou parte superior da caixa de carga para abastecer o depósito de óleo hidráulico;
 - Existem no máximo dois pontos para injeção pneumática da massa de lubrificação para a caixa de carga e caixa traseira.
- Elevador
 - Sistema de elevação de contentores de acionamento elétrico, permitindo o seu funcionamento mesmo com a PTO desligada;
 - Capacidade de elevação de 700 Kg
 - Apto para contentores desde 120 a 1.100 litros, com pente para

apreensão frontal; braços DIN 30.700 para contentores de 1.100 litros e apreensão frontal através de pente para contentores de 800 e 1.000 litros sem sistema DIN;

- Sistema de remonte automático permitindo que o elevador, após basculamento dos contentores e perante início de marcha do equipamento, retome a sua posição de deslocação de forma automática.

○ Dispositivos Complementares

- Duas luzes sinalizadoras de veículo em marcha lenta (em lâmpadas LED), que permitam que o veículo esteja sinalizado em todas as direções, devidamente protegidos e abaixo do plano referenciado à altura máxima da mesma;
- Luz Branca de iluminação da zona de trabalho, instalada na parte superior e traseira da viatura;
- Duplo sistema de com lâmpadas LED na retaguarda, devidamente protegidos contra impactos (embutidos na estrutura) e com apoios antivibráticos, posicionados de modo a não ficarem ocultados pelos operadores quando estes estiverem sobre os estribos. Deve dispor de, pelo menos, dois grupos óticos inferiores e superiores traseiros;
- Suportes para ferramentas (vassoura e pá) no lado direito da comporta traseira;
- Circuito de vídeo interno a cores, com monitor LCD, e com câmara de vídeo de infravermelhos à retaguarda;
- Deverá ser instalada iluminação lateral em LED e segundo a Diretiva 91/663/ CEE de 10 de Dezembro de 1991;
- Deverão ser montadas chapas refletoras na traseira da comporta de descarga.

○ Grua

- A grua será aplicada na parte superior da caixa, para a movimentação e descarga de contentores enterrados;
- Capacidade de elevação a 3,00 m é de 1500 Kg;

- Capacidade de elevação a 5,00 m é de 1000 Kg;
- Distância Máxima do braço 6,00 m;
- Ângulo de rotação mínimo de 364°;
- Grua com comando à distância;
- Limitador do cilindro hidráulico que permite a subida e descida, de forma a não bater no topo da caixa de recolha em todas as posições de trabalho;
- Limitador da posição inferior em repouso: a grua não desce mais após atingir a posição de repouso;
- Em repouso a grua ficará arrumada na sua totalidade na parte superior da caixa de compactação, de forma a permitir a abertura da cuba de descarga;
- Em Operação, deve ser garantida a possibilidade de a Grua arrumar para a traseira, através da colocação de descanso/apoio de grua com sensor na traseira/Cuba
- Em deslocação para descarga, ou percursos maiores, poderá a Grua arrumar para a frente.
- Rotor aplicado na ponta de grua para permitir rotação dos contentores desde o comando remoto
- Gancho hidráulico permitindo a abertura de contentores de argola simples e/ou argola dupla a partir do comando remoto.

- **Sistema de Gestão Operacional**

Todo o sistema de gestão operacional tem que comunicar com a plataforma Mawisu a funcionar em produtivo na Cascais Ambiente

- Monitor - Características técnicas
 - Mínimo 7" com ecrã tátil e teclado alfanumérico;
 - Elevada resistência com índice de proteção ambiental IP66 (IEC 60529) e resistência às provas de vibração e choque;
 - A temperatura operativa suportada pela consola dever ser -30°C até +70°C e temperatura de armazenamento de -30°C a 85°C;
 - Tensão de alimentação de 8 a 30V;
 - Permitir o registo de incidências de serviço;



- Diagnóstico de funcionamento dos diferentes componentes do sistema;
 - Certificação Europeia CE e Certificação tipo E1 para utilização em veículos ou equivalente;
 - Porta de comunicação USB e porta(s) série;
 - Conexão via Bluetooth, WLAN, GSM/GPRS, GPS, antenas (HSPA/EDGE/CDMA) integrados ou externos, Micro SHD-cartão de 32 GB, 4 x RS 232, 4 câmaras PAL, USB, 10/100 MB e ligação mãos livres;
 - Software intuitivo e fácil utilização a funcionar como folha de circuito;
 - Identificação do motorista no início do circuito;
 - Seleção do circuito pretendido;
 - Sistema de Navegação com indicação do circuito a realizar e respetivas informações adicionais;
 - O monitor deve permitir a gravação do circuito a efetuar e registo in loco de informações adicionais;
 - Em caso de falha temporária de comunicação os dados obtidos pelo veículo são armazenados e enviados assim que exista novamente comunicação.
- Botoneira - Características técnicas:
 - A botoneira para entrada remota de incidências deverá contar com 4 botões com eletrónica inteligente configurável e que se conectará ao sistema através de CAN BUS. Deste modo, deverá possível associar a cada botão uma incidência para a sua entrada direta.
 - O sistema deverá permitir adicionar tantas botoneiras quanto seja necessário graças à conectividade em rede que oferece o CAN BUS.
 - Botoneira apta para o exterior (IP67), a instalar nas viaturas de recolha, para a introdução direta de incidências por parte das equipas de recolha.

- Características Gerais
 - Encapsulado em Poliéster, fibra de vidro
 - Dimensões (L x A x P em mm): 162 x 82 x 60
 - 147 x 67
 - Grau de proteção IP 67
- Temperatura operativa -25 °C a +75 °C
 - Fonte de alimentação 8 a 32 V
 - Processador/RAM ARM 7
 - Interfaces CAN (protocolo CANopen segundo DS401 (Aparelho para módulos de E/S genéricos) Velocidade de transmissão predeterminada 250k
 - Aprovações CE to EMV-diretiva 89/336/EWG
- Sensor de indução - Características técnicas:
 - Sensor de indução, instalado no elevador irá detetar cada vez que existiu um basculamento completo;
 - Essa informação deverá ser enviada para a plataforma mawis, na plataforma esse evento deverá ser registado como contentor recolhido na coordenada correspondente.